

Turipenha

RELATÓRIO
DE
PRESTAÇÃO
DE CONTAS

2020



Handwritten signature and initials in blue ink.

Assembleia Geral e Prestação de Contas

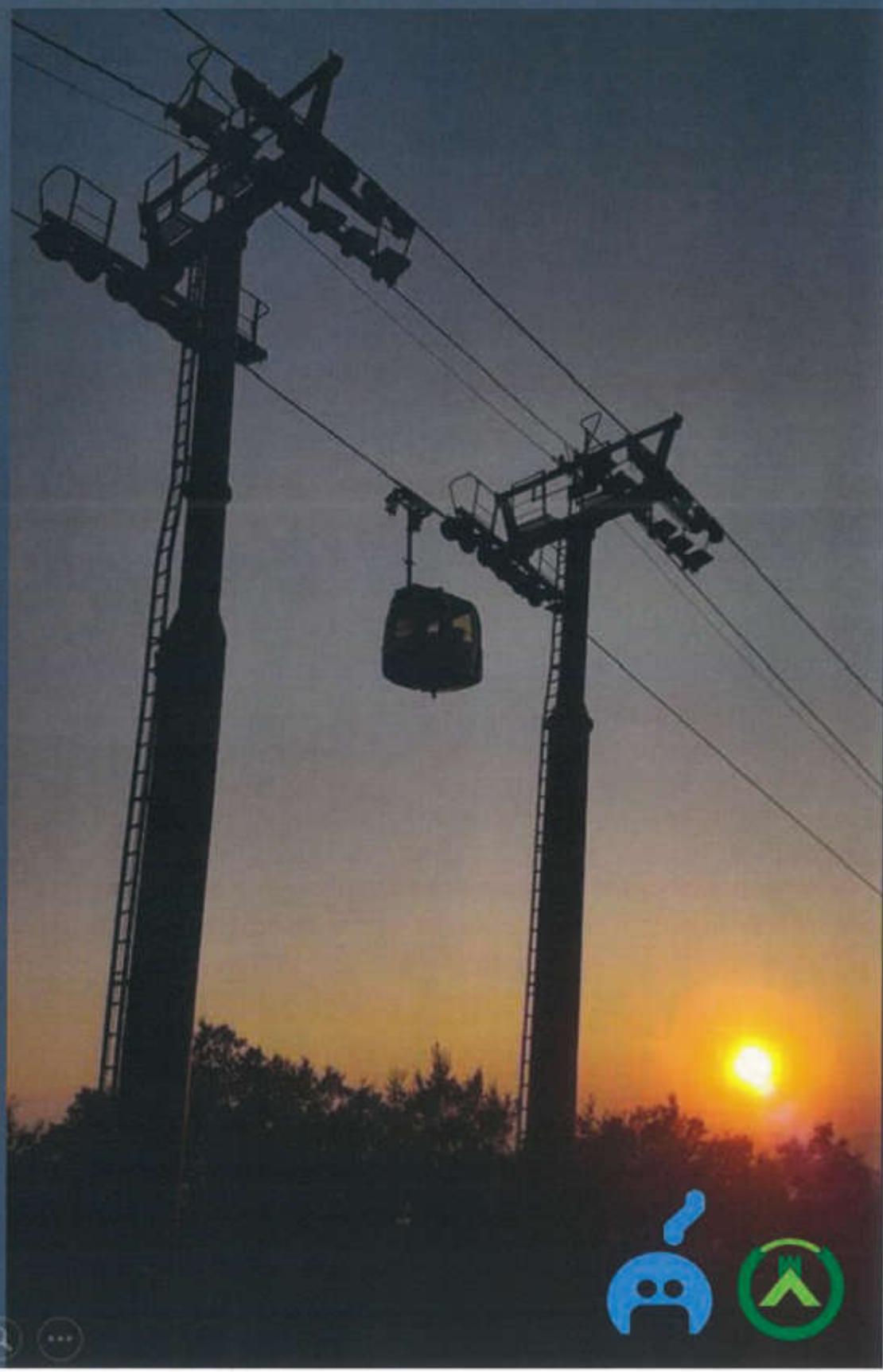
Turipenha 2020



Am R SP
1st
201

Relatório de Atividades

Turipenha 2020





Introdução

Através deste Relatório de Atividades e Prestação de Contas cumpre à Direção da Turipenha informar os Senhores Cooperantes, de forma objetiva e sintética, de todas as atividades relevantes e as contas do exercício do ano transato.

O ano de 2020 foi um ano atípico! Os efeitos da pandemia de Covid 19 atingiram muitos setores da economia, mas o setor em que atua a Turipenha foi um dos mais afetados. As estatísticas nacionais e internacionais sobre a frequência turística refletem bem a situação de quase paralisia que este setor sofreu durante largos períodos de 2020.

Assim, aquele que se prefigurava como um ano muito positivo para o turismo, com os principais indicadores da procura turística a revelarem, nos dois primeiros meses, sinais de continuação da tendência de crescimento, depressa se tornou num cenário inimaginável, com o mundo confrontado com uma crise global e sem precedentes.

2020 significou a entrada num novo paradigma em que as relações sociais, profissionais, comerciais e outras sofreram profundas alterações. Os modelos de gestão, que eram comumente aceites como válidos e eficientes, tiveram que ser repensados e reestruturados de forma a responder-se à nova realidade despoletada pela pandemia.

Quando foi decretado o primeiro estado de emergência, em março de 2020, a Direção da Turipenha percebeu que a resiliência e a determinação seriam os conceitos chave para vencer os desafios que aí vinham. Numa primeira abordagem tínhamos que proteger os nossos funcionários e, em simultâneo, os nossos clientes.

Definimos três planos de contingência: Teleférico, Parque de Campismo e Piscina do Parque de forma a garantirmos a segurança e a saúde de todos. A par destas medidas trabalhamos para a obtenção do selo "Clean&Safe", para os dois equipamentos, demonstrando que a Turipenha se adaptou e respondeu com eficiência às vicissitudes impostas pelo surto pandémico.



Atividade do Teleférico:

Face ao exposto, os constrangimentos devido à pandemia e as restrições à normal circulação das pessoas conduziram a uma quebra acentuada na utilização do Teleférico durante o ano de 2020.

A retoma, logo depois de levantado o primeiro confinamento geral, resultou numa procura lenta e menos intensa que em anos anteriores, o que era expectável. Numa fase inicial foram os turistas nacionais aqueles que mais contribuíram para as receitas do Teleférico e só posteriormente assistimos à procura pelos turistas estrangeiros.

Outro aspeto a ter em consideração é que, no período da Páscoa, que, por norma, significa um expressivo aumento de receitas devido aos turistas espanhóis que visitam Guimarães, o Teleférico, como tantos outros equipamentos, esteve encerrado ao público. As receitas no mês de agosto, apesar de terem sido muito inferiores a anos anteriores, representaram, ainda assim, um encaixe financeiro de 164 315€ (em agosto de 2019 a receita foi de 224 843€).

Será importante referir que a quebra do encaixe financeiro em 2020, se comparada com 2019, é muito significativa devido, também, ao facto de o ano de 2019 ter sido um ano excepcional de receita no Teleférico, devido ao incremento do valor do bilhete para o público em geral/turista. Concretizando: em 2018 um bilhete de ida e volta tinha o preço de 5€ e em 2019 o mesmo bilhete passou a ser de 7,5€. Em retrospectiva, e dada a situação de crise em que se encontra o setor turístico, este aumento do preço do serviço em 2019 veio a revelar-se estrategicamente acertado.

Anos	Viagens	Receitas
1995	433 415	472 222,42 €
1996	267 358	291 310,80 €
1997	215 749	236 970,33 €
1998	201 870	221 377,62 €
1999	173 586	187 888,62 €
2000	177 358	191 589,32 €
2001	133 338	144 040,48 €
2002	184 138	199 107,80 €
2003	157 163	169 876,67 €
2004	174 438	189 404,38 €
2005	168 827	207 284,95 €
2006	167 880	210 573,40 €
2007	196 294	291 416,40 €
2008	190 643	294 867,22 €
2009	188 796	306 801,03 €
2010	181 254	303 184,16 €
2011	168 778	293 066,43 €
2012	249 697	441 920,57 €
2013	160 035	288 510,38 €
2014	155 831	289 976,44 €
2015	212 493	384 810,45 €
2016	228 066	464 149,03 €
2017	280 316	621 439,96 €
2018	269 749	583 329,74 €
2019	231 519	772 090,99 €
2020	90 131	302 755,00 €
Total	5 258 722	8 359 964,59



[Handwritten signatures and initials]



Equipamentos e instalações:

Em 2020 foram executadas duas grandes manutenções, que já estavam agendadas, e que resultam das instruções definidas pela POMA, empresa fabricante do equipamento, em função das horas de funcionamento do equipamento.

A 6ª grande manutenção incidiu sobre os braços e as cabines, a revisão quinquenal das pinças e parte da 7ª grande manutenção, na qual foi realizada a revisão da parte mecânica do equipamento, situada em cada uma das estações.

Devido a condições atmosféricas muito adversas, o cabo multipar (que estabelece a as comunicações entre as duas estações), que ainda era o original, rompeu-se, obrigando à sua substituição. Este episódio foi comunicado à companhia de seguros que compensou a Turipenha pelo prejuízo.



V

Atividade do Parque de Campismo da Penha:

Ao abrigo do Contrato Programa 2020 celebrado entre a Turipenha e o Município de Guimarães, a época campista deveria iniciar-se a 8 de abril. Contudo, devido à pandemia de COVID 19, foi decretado o encerramento de todos os parques de campismo e caravanismo. Logo que houve autorização para tal, o Parque de Campismo da Penha abriu ao público, a 4 de junho, com um plano de contingência adequado às suas condições específicas.

Assim, a capacidade máxima do Parque de Campismo, na ordem das 400 pessoas, teve que ser reduzida para 150 pessoas e foi imperioso reforçar-se a equipa de higienização e limpeza, por forma a podermos oferecer um serviço de qualidade a todos os campistas. Se, por um lado, assistimos a uma quebra de utentes e, consequentemente, de receitas, por outro lado vimos os custos operacionais subirem devido ao reforço da equipa de trabalho. Porém, a segurança de todos campistas e funcionários era uma questão prioritária para a Direção.

Acresce que uma série de eventos, de que destacamos o “European Vespa Days 2020”, foram cancelados, tal como as reservas feitas pelos seus participantes para a sua estadia no Parque. Em 2020, o valor das reservas antecipadas superou todos os anos anteriores e já tínhamos dificuldades em aceitar mais campistas, confirmando a expectativa, não concretizada, de que o ano de 2020 daria continuidade ao crescimento verificado em 2019.

Fruto de um trabalho que vem sendo desenvolvido há algum tempo, o Parque de Campismo da Penha recebeu a distinção “Green Key” pelo terceiro ano consecutivo, o que consolida o equipamento como um espaço “amigo do ambiente” em resultado da adoção de boas práticas de gestão ambiental. Num tempo em que as temáticas da sustentabilidade e da preocupação com as alterações climáticas estão na ordem do dia, é de destacar o esforço da Direção da Turipenha em contribuir de forma ativa para a mudança, apostando na implementação das boas práticas ambientais em que ficamos todos a ganhar, no geral, e a cidade de Guimarães, em especial.

A par da gestão corrente do Parque, a Direção tem liderado um processo de sensibilização, junto do Município de Guimarães, no sentido de dotar o Parque de melhores condições infraestruturais, estando já concluído o projeto de requalificação que se acredita possa ser executado num curto espaço de tempo.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL



Ações de divulgação e promoção:

A Turipenha tem utilizado os seus recursos internos e, em articulação com o Departamento de Comunicação do Município de Guimarães, tem divulgado informações e comunicados das suas atividades e projetos junto da comunicação social. Aquando da abertura ao público dos dois equipamentos, foram enviados comunicados à imprensa a dar conta deste facto.

Temos privilegiado a divulgação de informação quer do Teleférico, quer do Parque de Campismo, através das redes sociais e estamos empenhados em utilizar essas plataformas para comunicar com os nossos público alvo. A resposta às mensagens que nos enviam nas redes sociais é imediata.

Política de Pessoal:

Temos realizado um trabalho de diagnóstico das necessidades formativas em estreita colaboração com os funcionários e nesse sentido promovemos 4 ações de formação por forma a reforçarmos as competências da equipa de trabalho.

Estas ações já estavam planeadas para serem ministradas no período de inverno e desta forma, antes do primeiro estado de emergência, conseguimos levar a efeitos as seguintes ações formativas:

- Atendimento e Resolução de Reclamações
- Informática
- Avaliação de Riscos
- Primeiros Socorros



Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL

v

Agradecimentos:

Por último um agradecimento muito especial:

- Aos turistas que apesar da pandemia confiaram nos nossos serviços;
- Aos nossos Colaboradores pela dedicação e adaptação ao novo paradigma de gestão;
- À Câmara Municipal de Guimarães;
- Aos nossos Parceiros quer comerciais quer institucionais;
- Aos Bombeiros Voluntários de Guimarães, em especial à equipa de resgate em grande ângulo;
- A todas entidades singulares ou coletivas que nos ajudam a promover o Teleférico e o Parque de Campismo da Penha.

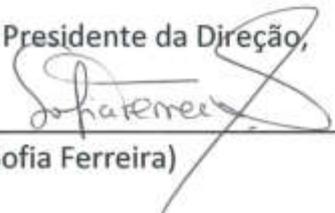
Conclusão:

Após a apresentação deste conjunto de informações cumpre-nos colocar à consideração dos Senhores Cooperantes, para discussão e votação:

1. O Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo às contas em 31 de dezembro de 2020, aprovados em reunião de Direção de 23 de março de 2021, documentos que evidenciam com fidelidade os registos contabilísticos e a situação económica e financeira da Cooperativa em conformidade com o quadro legal em vigor;
2. A proposta de aplicação do resultado líquido do exercício negativo, no valor de 249.189,57€ (duzentos e quarenta mil cento e oitenta e nove euros e cinquenta e sete cêntimos), para que sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Guimarães, 23 de março de 2021

A Presidente da Direção,


(Sofia Ferreira)

Handwritten notes in the top right corner, including the number '10' and some illegible scribbles.

Demonstrações Financeiras Individuais

Turipenha 2020



Handwritten notes in blue ink, including a signature and the number '2020'.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

TURIPENHA - Cooperativa de Turismo de Interesse Publico, CRL.

Handwritten initials and signatures in blue ink, including 'JK', 'RKL', and 'SP'.

ÍNDICE

1 - Identificação da entidade e período de relato.....	5
1.1 - Dados de identificação.....	5
1.2 - Sede.....	5
1.3 - Natureza da atividade.....	5
2 - Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	5
2.1 - Referencial contábilístico utilizado.....	5
2.2 - Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras.....	6
2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.....	6
3 - Principais políticas contábilísticas.....	6
3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	6
3.2 - Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contábilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.....	9
4 - Fluxos de caixa.....	9
4.1 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso.....	9
4.2 - Outras informações.....	9
5 - Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros.....	10
5.1 - Erros materiais de períodos anteriores.....	10
6 - Partes relacionadas.....	10
6.1 - Identificação das partes relacionadas.....	10
6.1.1 - Entidades participantes.....	10
6.1.1.1 - Participação no capital social da entidade.....	10
6.1.1.2 - Entidades que participam diretamente no capital da entidade.....	10
6.2 - Transações entre partes relacionadas.....	11
6.2.1 - Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:.....	11
7 - Ativos intangíveis.....	11
7.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis.....	11
7.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:.....	11
7.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:.....	12
7.2 - Outras informações.....	13
8 - Ativos fixos tangíveis.....	13
8.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.....	13
8.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:.....	13
8.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:.....	14

ma V

9 - Imparidade de ativos	15
9.1 - Perdas por imparidade, por classes de ativos:.....	15
10 - Inventários	15
10.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.....	15
10.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.....	15
10.2.1 - Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:.....	15
11 - Rébito	16
11.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rébito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.....	16
11.2 - Quantia de cada categoria significativa de rébito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:.....	16
12 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas	16
12.1 - Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas.....	17
12.2 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:.....	17
13 - Acontecimentos após a data do balanço	17
13.1 - Autorização para emissão.....	17
13.2 - Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.....	18
13.3 - Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.....	18
14 - Impostos e contribuições	18
14.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:.....	18
14.2 - Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados e em capitais próprios, conforme quadro seguinte.....	18
14.3 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições.....	19
15 - Instrumentos financeiros	19
15.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.....	19
15.2 - Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:.....	19
15.3 - Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.....	20
16 - Benefícios dos empregados	20
16.1 - Número médio de empregados e gastos de pessoal.....	20
16.1.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas.....	20
16.1.2 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade.....	21
17 - Divulgações exigidas por diplomas legais	21

Handwritten initials and signatures in blue ink, including "ma", "LSP", and "AK".

17.1 - Informação por atividade económica.....	21
17.2 - Informação por mercado geográfico.....	22
17.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais.....	23
18 - Outras informações.....	23
18.1 - Proposta de aplicação de resultados (ou, se aplicável, a aplicação dos resultados).....	23
18.2 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	23
19 - Divulgações adicionais para as entidades de interesse público.....	24
19.1 - Honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.....	24

1 - Identificação da entidade e período de relato

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: TURIPENHA - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL.
Número de matrícula no registo comercial: 502301007
Endereço eletrónico: geral@turipenha.pt
Página da internet: www.turipenha.pt

1.2 - Sede

Lugar da sede social: Estaç. Inferior Teleférico - R. Aristides Sousa Mend 37 - Costa - Guimarães

1.3 - Natureza da atividade

Natureza da atividade: Outros transportes terrestres de passageiros diversos, n.e

Outras actividades: " Serviços de gestão, controle, vigilância e limpeza do parque de campismo da Penha"

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer

rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2020 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

O presente documento de prestação de contas é efetuado no mesmo regime contabilístico prestado relativamente às contas de 2019, nos termos permitidos pelo n.º 2 do artigo 350.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2021, que dispõe que "A prestação de contas relativa a 2020 das entidades pertencentes às administrações públicas sujeitas ao SNC-AP, incluindo as entidades públicas reclassificadas, pode ser efetuada no mesmo regime contabilístico prestado relativamente às contas de 2019.", à semelhança do que já havia sido previsto no n.º 2 do artigo 316.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, que aprovou o Orçamento do Estado para 2020.

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2020 são integralmente comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 15000 euros, e à taxa de 21% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas e com base na taxa de IRC aplicável ao próximo período económico.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes e outros créditos a receber

As contas de "Clientes" e "Outros créditos a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'S' and 'HL'.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorre o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2 - Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Direção da Cooperativa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultados de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis ;
- Registo de perdas por imparidade;
- Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

4 - Fluxos de caixa

4.1 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todos os valores inscritos nas rubricas de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

4.2 - Outras informações

O Subsídio à exploração no montante de euros 77.459,18 euros, refere-se ao valor faturado ao Município de Guimarães dos contratos-programa celebrados:

para a exploração do parque de campismo do ano de 2020 - valor 24 279,96

para a exploração do teleférico ano de 2020 - valor 53 179,22

Caixa e equivalentes - informações adicionais :

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Recebimentos provenientes de:		
Indemnizações seguros não vida	184.000,00	0,00
Subsídios à exploração	77.459,18	65.235,82
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Multas e outras penalidades contratuais (dec. tribunal)	0,00	0,00
Pagamentos provenientes de:		
Imposto sobre o rendimento	11.524,43	0,00
Multas e outras penalidades contratuais (dec. tribunal)	0,00	0,00
Caixa e equivalentes não disponíveis para uso	0,00	0,00

5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1 - Erros materiais de períodos anteriores

Foi reconhecida, no período de 2016, uma Perda Por Imparidade em AFT no valor de 874.501,04 euros, que se estima ter ocorrido em exercícios anteriores ao ano 2015.

Foi também reconhecido um ativo por impostos diferidos relativo à perda registada, uma vez que esta gerará uma redução da base tributável em anos futuros.

6 - Partes relacionadas

6.1 - Identificação das partes relacionadas

6.1.1 - Entidades participantes

6.1.1.1 - Participação no capital social da entidade

Grupo - Tipologia dos detentores de capital:

Descrição	Percentagem
Outros	100,0000%
Total	100,0000%

Município de Guimarães - 83,24%

Outros - 16,76%

6.1.1.2 - Entidades que participam diretamente no capital da entidade

NIF	505948605
LEI	
Denominação	Município de Guimarães
Sede (País)	
CAE	
Part. direta capital (%)	83,2400%
Part. direta direitos voto (%)	0,0000%
Data de início da participação	
Data de fim da participação	

6.2 - Transações entre partes relacionadas

6.2.1 - Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:

Partes relacionadas - saldos e transações intragrupo:

Descrição	Empresa Mãe	Subsidiárias	Associadas	Entid. com ctrl conj/IS	Empreend. conjuntos	Pessoal chave gestão	Outras partes relac.
SALDOS PENDENTES							
Conta de clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33,00
Conta de fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conta de outros devedores e credores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conta de diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR DAS TRANSAÇÕES							
Prestações de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.798,46
Aquisições de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91,68

Partes relacionadas - saldos e transações intragrupo - Quadro Comparativo (Dez 2019):

Descrição	Empresa Mãe	Subsidiárias	Associadas	Entid. com ctrl conj/IS	Empreend. conjuntos	Pessoal chave gestão	Outras partes relac.
SALDOS PENDENTES							
Conta de clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.588,50
Conta de fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118,13
Conta de pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conta de outros devedores e credores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conta de diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR DAS TRANSAÇÕES							
Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestações de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.683,20
Compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7 - Ativos intangíveis

7.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

7.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Direção da Cooperativa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se

na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultados de uma informação ou experiência adquirida.

A. Intangíveis - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Goodwill				
Projetos de desenvolvimento				
Programas de computadores	Modelo do custo	método da linha recta	3-5	33,33
Propriedade industrial				
Outros ativos intangíveis	Modelo do custo	método da linha recta	30	3,33

7.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Ativos intangíveis - movimentos do período:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período	0,00	0,00	16.672,40	2.937,92	394.056,00	0,00	0,00	413.666,32
Amortizações acumuladas totais no fim do período	0,00	0,00	16.147,42	0,00	105.080,56	0,00	0,00	121.227,98
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início	0,00	0,00	16.672,40	2.937,92	394.056,00	0,00	0,00	413.666,32
Amortizações acumuladas	0,00	0,00	14.976,58	0,00	91.945,49	0,00	0,00	106.922,07
Saldo no início do período	0,00	0,00	1.695,82	2.937,92	302.110,51	0,00	0,00	306.744,25
Variações do período	0,00	0,00	-1.170,84	0,00	-13.135,07	0,00	0,00	-14.305,91
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações do período	0,00	0,00	1.170,84	0,00	13.135,07	0,00	0,00	14.305,91
Total diminuições	0,00	0,00	1.170,84	0,00	13.135,07	0,00	0,00	14.305,91
Saldo no final do período	0,00	0,00	524,98	2.937,92	288.975,44	0,00	0,00	292.438,34

Ativos intangíveis - movimentos do período - Quadro Comparativo (Dez 2019):

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período	0,00	0,00	16.672,40	2.937,92	394.056,00	0,00	0,00	413.666,32
Amortizações acumuladas totais no fim do período	0,00	0,00	14.976,58	0,00	91.945,49	0,00	0,00	106.922,07
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início	0,00	0,00	15.097,40	2.937,92	394.056,00	0,00	0,00	412.091,32
Amortizações acumuladas	0,00	0,00	13.805,74	0,00	78.810,42	0,00	0,00	92.616,16
Saldo no início do período	0,00	0,00	1.291,66	2.937,92	315.245,58	0,00	0,00	319.475,16
Variações do período	0,00	0,00	404,16	-13.135,07	0,00	0,00	0,00	-12.730,91
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	1.575,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.575,00
Total de aumentos	0,00	0,00	1.575,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.575,00
Amortizações do período	0,00	0,00	1.170,84	13.135,07	0,00	0,00	0,00	14.305,91
Total diminuições	0,00	0,00	1.170,84	13.135,07	0,00	0,00	0,00	14.305,91
Saldo no final do período	0,00	0,00	1.695,82	2.937,92	302.110,51	0,00	0,00	306.744,25

7.2 - Outras informações

A rubrica Outros Ativos Intangíveis tem registado o direito de superfície do terreno da estação inferior, concedido pelo Município de Guimarães pelo prazo de 30 anos inteiros e consecutivos, renovável por iguais períodos, contados a partir da data da assinatura da escritura (seis de Novembro de dois mil e doze).

8 - Ativos fixos tangíveis

8.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

8.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Durante os períodos findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o constante dos quadros a seguir, de referir que a empresa reconheceu em 2016 uma perda por imparidade em AFT, por contrapartida de resultados transitados, uma vez que a referida perda ocorreu em períodos anteriores.



AFT - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	Modelo do custo	método da linha recta		2,38 - 6,67
Equipamento básico	Modelo do custo	método da linha recta		6,67 - 20,00
Equipamento de transporte	Modelo do custo	método da linha recta		0,00
Equipamento administrativo	Modelo do custo	método da linha recta		10,00 - 25,00
Equipamentos biológicos	n.a.			
Outros ativos fixos tangíveis	Modelo do custo	método da linha recta		5,00 - 10,00

8.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	0,00	1.193.822,09	4.273.973,33	18.349,79	55.576,06	0,00	88.902,77	0,00	0,00	5.630.624,04
Depreciações acumuladas	0,00	617.458,47	2.900.727,47	18.349,79	45.293,50	0,00	76.740,09	0,00	0,00	3.658.569,32
Imparidades acumuladas	0,00	215.128,37	649.615,41	0,00	0,00	0,00	9.757,26	0,00	0,00	874.501,04
Saldo no início do período	0,00	361.235,25	723.630,45	0,00	10.282,56	0,00	2.405,42	0,00	0,00	1.097.553,68
Variações do período	0,00	-31.329,10	168.241,68	0,00	1.354,87	0,00	-2.332,84	1.200,00	0,00	137.134,61
Total de aumentos	0,00	0,00	350.492,64	0,00	5.340,90	0,00	0,00	1.200,00	0,00	357.033,54
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	350.492,64	0,00	5.340,90	0,00	0,00	1.200,00	0,00	357.033,54
Total diminuições	0,00	31.329,10	182.250,96	0,00	3.986,03	0,00	2.332,84	0,00	0,00	219.898,93
Depreciações do período	0,00	31.329,10	182.250,96	0,00	3.986,03	0,00	2.332,84	0,00	0,00	219.898,93
Saldo no fim do período	0,00	329.906,15	891.872,13	0,00	11.637,43	0,00	72,58	1.200,00	0,00	1.234.688,29
Valor bruto no fim do período	0,00	1.193.822,09	4.624.465,97	18.349,79	60.916,96	0,00	88.902,77	1.200,00	0,00	5.987.657,58
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	863.915,94	3.732.593,84	18.349,79	49.279,53	0,00	88.830,19	0,00	0,00	4.752.969,29

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período - Quadro Comparativo (Dez 2019):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	0,00	1.193.822,09	4.006.286,04	18.349,79	48.747,36	0,00	88.902,77	0,00	0,00	5.356.108,05
Depreciações acumuladas	0,00	586.129,37	2.788.504,04	18.349,79	42.085,75	0,00	74.407,25	0,00	0,00	3.509.476,20
Imparidades acumuladas	0,00	215.128,37	649.615,41	0,00	0,00	0,00	9.757,26	0,00	0,00	874.501,04
Saldo no início do período	0,00	392.564,35	568.166,59	0,00	6.661,61	0,00	4.738,26	0,00	0,00	972.130,81
Variações do período	0,00	-31.329,10	155.463,86	0,00	3.620,95	0,00	-2.332,84	0,00	0,00	125.422,87
Total de aumentos	0,00	0,00	267.687,29	0,00	6.828,70	0,00	0,00	0,00	0,00	274.515,99
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	267.687,29	0,00	6.828,70	0,00	0,00	0,00	0,00	274.515,99
Total diminuições	0,00	31.329,10	112.223,43	0,00	3.207,75	0,00	2.332,84	0,00	0,00	149.093,12
Depreciações do período	0,00	31.329,10	112.223,43	0,00	3.207,75	0,00	2.332,84	0,00	0,00	149.093,12
Saldo no fim do período	0,00	361.235,25	723.630,45	0,00	10.282,56	0,00	2.405,42	0,00	0,00	1.097.553,68
Valor bruto no fim do período	0,00	1.193.822,09	4.273.973,33	18.349,79	55.576,06	0,00	88.902,77	0,00	0,00	5.630.624,04
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	832.586,84	3.550.342,88	18.349,79	45.293,50	0,00	86.497,35	0,00	0,00	4.533.070,36

9 - Imparidade de ativos

9.1 - Perdas por imparidade, por classes de ativos:

De referir que a empresa reconheceu em 2016 uma perda por imparidade em AFT, por contrapartida de resultados transitados, uma vez que a referida perda ocorreu em períodos anteriores.

Imparidades por tipos de ativos:

Descrição	Perdas imparidade rec.em gastos	Perdas imparidade rec.em capitais próprios	Total perdas imparidade	Rev. Perdas imp. Rec.em gastos	Rev. Perdas imp. Rec.em capitais próprios	Total reversão perdas imparidade
Ativos fixos tangíveis	0,00	874.501,04	874.501,04	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	874.501,04	874.501,04	0,00	0,00	0,00

Imparidades por tipos de ativos - Quadro Comparativo (Dez 2019):

Descrição	Perdas imparidade rec.em gastos	Perdas imparidade rec.em capitais próprios	Total perdas imparidade	Rev. Perdas imp. Rec.em gastos	Rev. Perdas imp. Rec.em capitais próprios	Total reversão perdas imparidade
Ativos fixos tangíveis	0,00	874.501,04	874.501,04	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	874.501,04	874.501,04	0,00	0,00	0,00

10 - Inventários

10.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efectuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

10.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

10.2.1 - Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

No ano de 2020 não foram registados movimentos na rubrica de Vendas de mercadorias.

A compra de mercadorias (roteiros de campismo - edição de 2020) foram totalmente devolvidos ao fornecedor.

Inventários - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	0,00	0,00	115,18	0,00	115,18
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	0,00	0,00	115,18	0,00	115,18
OUTRAS INFORMAÇÕES						

11 - Rédito

11.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviço depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade

11.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

No exercício de 2020 a rubrica Prestação de Serviços no valor total de euros 316.547,33 (valor sem IVA) refere-se:

Receitas do Teleférico 285.724,16 (2020) 729.279,11 (2019) - 550.937,92 (2018) - 586.977,33 (2017)

Parque de Campismo 30.823,17 (2020) 58.265,06 (2019) - 62.472,81 (2018) - 81.600,00 (2017)

na rubrica 7812 - Rendimentos Suplementares - Aluguer de equipamento no valor de 19.138,22 euros refere-se aos alugueres dos espaços comerciais.

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	0,00	157,30
Prestação de serviços	316.547,33	787.544,17
Outros réditos	23.113,93	208.122,00
Total	339.661,26	995.823,47

12 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

12.1 - Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas

12.2 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

Um subsídio do Governo é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Em 2020, o subsídio à exploração atribuído pelo Município de Guimarães através de contrato-programa, destina-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento da exploração do parque de campismo da Penha e do teleférico, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	77.459,18	77.459,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	77.459,18	77.459,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Subsídios - informações detalhadas - Quadro Comparativo (Dez 2019):

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	65.235,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	65.235,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

13 - Acontecimentos após a data do balanço

13.1 - Autorização para emissão

- Data de autorização para emissão das demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 foram aprovadas pela Direcção da Turipenha e autorizadas para emissão em reunião de direcção do dia 23 de Março de 2021.

13.2 - Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

O Impacto do Covid-19 no reporte financeiro:

A pandemia causada pela doença COVID-19, para além de consistir numa grave emergência de saúde pública, teve inúmeras consequências de ordem económica e social,

O surto pandémico que decorre desde os primeiros meses de 2020, acrescenta dificuldade em perspectivar a evolução futura de curto prazo da economia e do nível de actividade nos diversos mercados em que a empresa está presente;

Deste modo, em resposta à pandemia a empresa implementou medidas de higiene e segurança acrescidas para proteger os recursos humanos e os passageiros e recurso a teletrabalho quando possível;

Dada a incerteza quer quanto ao período de duração da pandemia Covid-19 quer quanto ao seu impacto na economia global, a empresa não consegue antecipar totalmente o impacto destes acontecimentos nas suas demonstrações financeiras.

No entanto, em resultado da avaliação efectuada, o órgão de gestão – a Direcção concluiu que a empresa dispõe de recursos adequados para manter a actividade, não havendo intenção de cessar a actividade no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2020.

13.3 - Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

- Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data de reporte das Demonstrações financeiras (31/12/2020) e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

14 - Impostos e contribuições

14.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:

Impostos - componentes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	-247.016,91	240.388,82
Imposto corrente	281,29	12.685,43
Imposto diferido	1.891,37	12.395,58
Imposto sobre o rendimento do período	2.172,66	25.081,01
Tributações autónomas	281,29	317,18
Taxa efetiva de imposto	-0,88	10,43

14.2 - Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados e em capitais próprios, conforme quadro seguinte

Impostos - correntes e diferidos reconhecidos no período:

Descrição	Resultados	Capitais próprios	Total	Resultados Per. Anterior	Cap. Próprios Per. Anterior	Total Período Anterior
Imposto do período	2.172,66	0,00	2.172,66	25.081,01	0,00	25.081,01
Gastos (rendimentos) de impostos reconhecidos no período e anteriormente reconhecidos como impostos diferidos provenientes de:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos (rendimentos) de impostos não reconhecidos anteriormente como impostos diferidos:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos do período - discriminação:						
Imposto diferido	1.891,37	0,00	1.891,37	12.395,58	0,00	12.395,58
Imposto corrente	281,29	0,00	281,29	12.685,43	0,00	12.685,43

Foi efetuada a reversão do A.I.D. no valor de 1.891,37 euros relativa à perda por imparidade (2016)

14.3 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	0,00	299,29	1.143,00	12.685,43
Pagamentos por conta	0,00	0,00	1.143,00	0,00
<i>Pagamentos normais</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>1.143,00</i>	<i>0,00</i>
Imposto estimado	0,00	281,29	0,00	12.685,43
IRC a receber / pagar	0,00	18,00	0,00	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	2.845,00	0,00	4.414,09
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	120.522,01	644,37	39.679,54	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	9.594,96	0,00	9.674,37
Outras tributações	0,00	50,76	0,00	50,60
Total	120.522,01	13.434,38	40.822,54	26.824,49

15 - Instrumentos financeiros

15.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

A empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento financeiro.

Os instrumentos de capital próprio são reconhecidos no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a entregar dinheiro ou outro recurso em troca dos referidos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo, exceto os instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado que são mensurados ao justo valor, com as alterações do justo valor reconhecidas em resultados.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela própria entidade são mensurados pelo dinheiro recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos.

À data de cada relato, a empresa avalia a existência de eventuais imparidades nos ativos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado. Se existir uma evidência objetiva de imparidade a empresa reconhece uma perda por imparidade.

15.2 - Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	18.084,49	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	18.084,49	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	230.621,78	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	29.844,01	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00	200.777,77	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	-1.050,35	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-1.050,35	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação - Quadro Comparativo (Dez 2019):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	225.120,98	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	40.949,29	0,00	0,00
Outras contas a receber	0,00	0,00	184.171,69	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	277.407,06	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	44.820,62	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00	232.586,44	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	-6.175,02	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	-4.572,98	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-1.602,04	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

15.3 - Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

Em 31 de Dezembro de 2020 a TURIPENHA detinha o capital social de 4.212.376,88 euros, estando por realizar parte deste capital no montante de 193,26 euros.

16 - Benefícios dos empregados

16.1 - Número médio de empregados e gastos de pessoal

16.1.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	18,00	30.870,00	17,00	29.623,00
Pessoas remuneradas	18,00	30.870,00	17,00	29.623,00
Pessoas não remuneradas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	18,00	30.870,00	17,00	29.623,00
Pessoas a tempo completo	18,00	30.870,00	17,00	29.623,00
(das quais pessoas remuneradas)	18,00	30.870,00	17,00	29.623,00
Pessoas em tempo parcial	0,00	0,00	0,00	0,00
(das quais pessoas remuneradas)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	18,00	30.870,00	17,00	29.623,00
Masculino	9,00	15.067,00	9,00	16.131,00
Feminino	9,00	15.803,00	8,00	13.492,00

16.1.2 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Os benefícios de empregados são todas as formas de remuneração dadas pela entidade em troca dos serviços prestados pelos empregados e incluem:

- 1) benefícios a curto prazo, pagáveis na totalidade num prazo de 12 meses e registados como gastos do período em que nasce a obrigação de pagamento.
- 2) Não é previsível que ocorram outras situações para os anos futuros a não ser que haja qualquer imponderável ou imprevisto.
- 3) Não são aplicáveis aqui quaisquer outros benefícios que sejam de relevar nesta informação.

O direito às férias e subsídio de férias dos empregados vence-se no final de cada ano, sendo pago no período seguinte. No entanto, o gasto correspondente é reconhecido no período em que se venceram e o serviço foi prestado por contrapartida de outras contas a pagar

Não foram assumidos quaisquer valores relativos à Direcção da Turipenha nem a outro órgão da entidade.

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	308.476,05	306.695,39
Remunerações do pessoal	251.282,88	252.148,46
Encargos sobre as remunerações	51.304,97	51.149,99
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2.583,18	2.651,00
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	3.305,02	745,94
- Formação	2.742,00	260,00

17 - Divulgações exigidas por diplomas legais

17.1 - Informação por atividade económica

Informação por CAE:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	49392	
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	316.547,33	316.547,33
Fornecimentos e serviços externos	120.134,22	120.134,22
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	0,00
Número médio de pessoas ao serviço	18,00	18,00
Gastos com o pessoal	308.476,05	308.476,05
Remunerações	251.282,88	251.282,88
Outros gastos	57.193,17	57.193,17
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	1.234.688,29	1.234.688,29
Total das aquisições	357.033,54	357.033,54
Adições no período de ativos em curso	1.200,00	1.200,00
Propriedades de investimento		

Informação por CAE - Quadro Comparativo (Dez 2019):

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	49392	
Vendas	157,30	157,30
De mercadorias	157,30	157,30
Prestações de serviços	787.544,17	787.544,17
Compras	115,18	115,18
Fornecimentos e serviços externos	343.848,68	343.848,68
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	115,18	115,18
Mercadorias	115,18	115,18
Número médio de pessoas ao serviço	17,00	17,00
Gastos com o pessoal	306.695,39	306.695,39
Remunerações	252.148,46	252.148,46
Outros gastos	54.546,93	54.546,93
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	1.097.553,68	1.097.553,68
Total das aquisições	274.515,99	274.515,99
Propriedades de investimento		

17.2 - Informação por mercado geográfico

Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Prestações de serviços	316.547,33	0,00	0,00	316.547,33
Fornecimentos e serviços externos	115.115,22	5.019,00	0,00	120.134,22
Aquisições de ativos fixos tangíveis	357.033,54	0,00	0,00	357.033,54
Rendimentos suplementares:	19.229,42	0,00	0,00	19.229,42
Aluguer de equipamento	19.138,22	0,00	0,00	19.138,22
Outros rendimentos suplementares	91,20	0,00	0,00	91,20

Informação por mercado - Quadro Comparativo (Dez 2019):

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	157,30	0,00	0,00	157,30
Prestações de serviços	787.544,17	0,00	0,00	787.544,17
Compras	115,18	0,00	0,00	115,18
Fornecimentos e serviços externos	321.329,30	22.519,38	0,00	343.848,68
Aquisições de ativos fixos tangíveis	274.515,99	0,00	0,00	274.515,99
Aquisições de ativos intangíveis	1.575,00	0,00	0,00	1.575,00
Rendimentos suplementares:	24.122,37	0,00	0,00	24.122,37
Aluguer de equipamento	23.372,37	0,00	0,00	23.372,37
Outros rendimentos suplementares	750,00	0,00	0,00	750,00

17.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Turipenha apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças (AT), tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Turipenha apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

- Prémios sobre os resultados com base em ações

A Entidade não distribuiu qualquer prémio sobre os resultados com base em ações, conforme resulta da proposta de aplicação dos resultados do órgão de gestão.

- Ações próprias

A Entidade não detém ações próprias, nem efetuou quaisquer transações com ações próprias durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

18 - Outras informações

18.1 - Proposta de aplicação de resultados (ou, se aplicável, a aplicação dos resultados)

A Direcção da TURIPENHA propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido negativo do período findo em 31 de Dezembro de 2020, no montante de euros (249.189,57) seja transferido para a conta de resultados transitados.

18.2 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	386,78	756,32
Serviços especializados	70.445,09	270.743,82
Trabalhos especializados	22.020,42	18.087,65
Publicidade e propaganda	1.354,93	3.151,68
Vigilância e segurança	486,96	946,66
Honorários	18.255,00	25.415,55
Comissões	2,50	19,39
Conservação e reparação	28.321,01	222.858,29
Outros	4,27	264,60
Materiais	2.018,07	8.921,78
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	374,28	2.052,21
Livros e documentação técnica	252,56	578,84
Material de escritório	1.117,44	4.465,11
Artigos para oferta	0,00	296,90
Outros	273,79	1.528,72
Energia e fluidos	18.725,31	41.501,30
Eletricidade	14.315,34	36.733,87
Combustíveis	1.714,64	3.477,38
Água	2.695,33	1.290,05
Deslocações, estadas e transportes	261,24	1.189,70
Deslocações e estadas	261,24	1.189,70
Serviços diversos	28.297,73	20.735,76
Comunicação	2.774,41	2.426,67
Seguros	9.325,55	8.944,24
Contencioso e notariado	375,00	202,51
Despesas de representação	604,80	548,30
Limpeza, higiene e conforto	15.217,97	7.883,14
Outros serviços	0,00	730,90
Total	120.134,22	343.848,68

19 - Divulgações adicionais para as entidades de interesse público

19.1 - Honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas

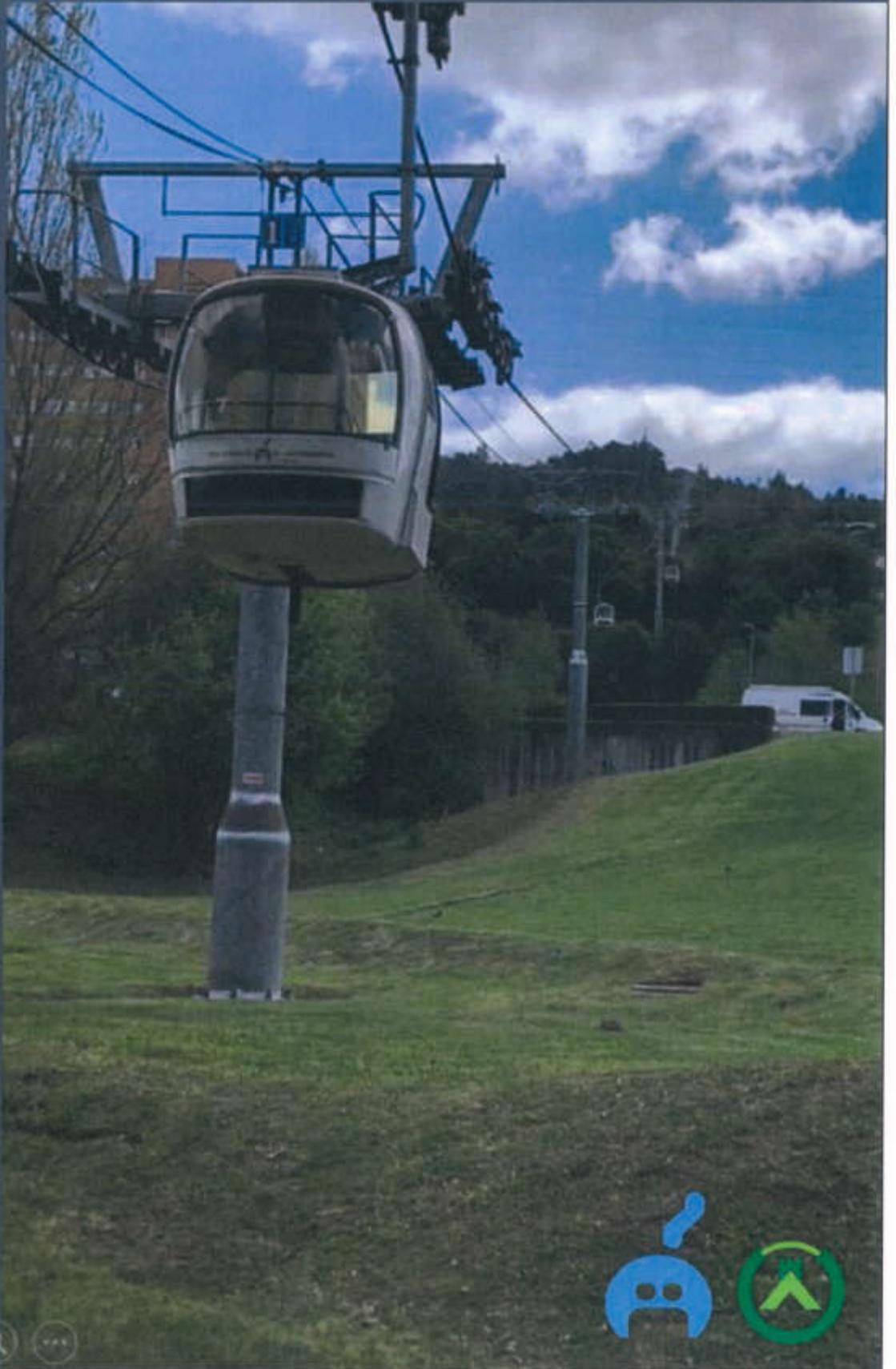
Honorários pagos ao ROC, conforme previsto no artigo 66.º-A do CSC

Honorários totais facturados durante o exercício financeiro de 2020 pela sociedade de revisores oficiais de contas Armindo Costa, Serra Cruz, Martins & Associados, NIPC 502154870, relativamente à revisão legal das contas anuais: 4.200,00 euros valor sem IVA.

V.87
10/11/20

Balanco e Demonstração de Resultados

Turipenha 2020



RUBRICAS	Notas	DATAS	
		Dez 2020	Dez 2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	1.234.688,29	1.097.553,68
Ativos intangíveis	7	292.438,34	306.744,25
Outros investimentos financeiros		1.754,32	1.177,50
Ativos por impostos diferidos	14	61.703,02	63.594,39
		1.590.583,97	1.469.069,82
Ativo corrente			
Clientes	15	18.084,49	40.949,29
Estado e outros entes públicos	14	120.522,01	39.679,54
Capital subscrito e não realizado	15	193,26	193,26
Outros créditos a receber	6;15		184.171,69
Diferimentos		2.846,50	3.311,23
Caixa e depósitos bancários	4	817.438,34	1.120.515,70
		959.084,60	1.388.820,71
Total do ativo		2.549.668,57	2.857.890,53
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15	4.212.376,88	4.212.376,88
Resultados transitados		-2.051.630,90	-2.266.938,71
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	12	394.056,00	394.056,00
Resultado líquido do período		-249.189,57	215.307,81
Total do capital próprio		2.305.612,41	2.554.801,98
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	15	29.844,01	44.820,62
Estado e outros entes públicos	14	13.434,38	25.681,49
Outras dívidas a pagar	6;15	200.777,77	232.586,44
		244.056,16	303.088,55
Total do passivo		244.056,16	303.088,55
Total do capital próprio e do passivo		2.549.668,57	2.857.890,53

Demonstração dos Resultados por
Naturezas - (modelo normal) do
período findo em 31-12-2020
(montantes em EURO)

TURIPENHA - Cooperativa de Turismo
de Interesse Público CRL.

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		Dez 2020	Dez 2019
Vendas e serviços prestados	11	316.547,33	787.701,47
Subsídios à exploração	12	77.459,18	65.235,82
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10		-115,18
Fornecimentos e serviços externos	18	-120.134,22	-343.848,68
Gastos com o pessoal	6;16	-308.476,05	-306.695,39
Outros rendimentos	11	23.113,93	208.122,48
Outros gastos		-1.322,24	-6.612,67
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-12.812,07	403.787,85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7;8	-234.204,84	-163.399,03
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-247.016,91	240.388,82
Resultado antes de impostos		-247.016,91	240.388,82
Imposto sobre o rendimento do período	14	-2.172,66	-25.081,01
Resultado líquido do período		-249.189,57	215.307,81

Demonstração dos Fluxos de Caixa do
período findo em 31-12-2020
(montantes em EURO)

TURIPENHA - Cooperativa de Turismo
de Interesse Público, CRL.

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		Dez 2020	Dez 2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		367.815,94	827.735,36
Pagamentos a fornecedores		271.100,15	225.091,59
Pagamentos ao pessoal	16	311.188,62	304.776,60
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>-214.472,83</u>	<u>297.867,17</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		11.524,43	-3.420,35
Outros recebimentos/pagamentos		281.599,45	97.670,85
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		55.602,19	398.958,37
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	8	357.033,54	274.515,99
Ativos intangíveis	7		1.575,00
Investimentos financeiros		576,82	575,83
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-357.610,36	-276.666,82
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		1.069,19	1.602,15
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-1.069,19	-1.602,15
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-303.077,36	120.689,40
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.120.515,70	999.826,30
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	817.438,34	1.120.515,70

TURIPENHA - Cooperativa de Turismo de Interesse Público,
CRL.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio do
período findo em 31-12-2020
(montantes em EURO)

DESCRICÃO	Notas	Capital Subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transmigrados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	4.212.376,88						-2.266.938,71		394.056,00	215.307,81	2.554.801,98		2.554.801,98
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7							215.307,81			-215.307,81			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8										-249.189,57	-249.189,57		-249.189,57
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8										-249.189,57	-249.189,57		-249.189,57
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	10													
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6+7+8+10	4.212.376,88						-2.051.630,90		394.056,00	-249.189,57	2.305.612,41		2.305.612,41

Demonstração das Alterações no Capital Próprio do
período findo em 31-12-2020
(montantes em EURO)

TURIPENHA - Cooperativa de Turismo de Interesse Público,
CRL

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Subscrito	Ações/quotas próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transmigrados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1	4.212.376,88						-2.394.409,87		394.056,00	127.471,16	2.339.494,17		2.339.494,17
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2							127.471,16			-127.471,16			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							127.471,16			-127.471,16			
RESULTADO INTEGRAL								215.307,81			215.307,81	215.307,81		215.307,81
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4=2+3											215.307,81		215.307,81
	5													
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	6=1+2+3+5	4.212.376,88						-2.266.938,71		394.056,00	215.307,81	2.554.801,98		2.554.801,98

1/89
1/1

Certificação Legal das Contas

Turipenha 2020





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 2.549.669 euros e um total de capital próprio de 2.305.612 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 249.190 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

1. Conforme divulgado na nota 2 do Anexo, as demonstrações financeiras de 2020 foram preparadas no mesmo regime contabilístico de 2019, nos termos permitidos pelo n.º 2 do artigo 350.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2021.
2. Os desenvolvimentos resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus) têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das Organizações. Na Nota 16 das notas às demonstrações financeiras e no Relatório de Gestão foram divulgados os impactos e incertezas resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus), estimados pela Direção, com base na informação disponível à data.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades. O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações

SEDE

Av. da Liberdade, Ed. dos Granjinhos, n.º 432, Piso 6, salas 41-42
4710-249 Braga, Apartado 196, Portugal | Tel.: 253 206 730 / 919 670 037 | Fax: 253 206 739
E-mail: geral@acmsroc.pt | www.acmsroc.pt

Armindo Costa, Serna Cruz, Martins e Associados, SROC
Contribuinte n.º 502 154 870 | SROC inscrita na lista da OROC sob o n.º 57
Sociedade Civil c/ Personalidade Jurídica | Capital Social 37.500€

financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa

opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

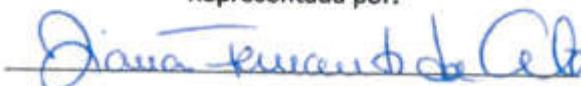
Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Braga, 17 de março de 2021,

ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ, MARTINS E ASSOCIADOS, SROC

Representada por:



(Diana Rosa Matos Fernandes da Costa, ROC n.º 1212)

Handwritten initials/signature in the top right corner.

Parecer do Conselho Fiscal

Turipenha 2020





PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Cooperantes,

Nos termos do Artº. 38 dos Estatutos em vigor e da alínea e) do Artº. 53º do Código Cooperativo, compete ao Conselho Fiscal elaborar o parecer sobre os documentos de prestação de contas da TURIPENHA – Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em face da análise efetuada aos documentos de prestação de contas apresentados pela Direção, bem como aos mapas que lhe serviram de base, refletem com exatidão a situação da cooperativa e satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Pelo acima exposto, somos de parecer que seja aprovado o Balanço, Relatório e Contas do exercício de 2020.

Guimarães, 17 de março de 2021

O Conselho Fiscal

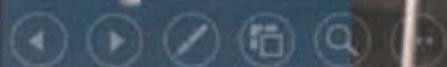
O Presidente: _____

Os Vogais: _____

1/4 1/8
1/4 1/8

Proposta de Aplicação de Resultados

Turipenha 2020





Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direção da Turipenha, reunida no dia 23 de março de 2021, deliberou aprovar por unanimidade o Balanço e Relatório de Contas relativo ao Exercício de 2020 e propor aos Ex.mos Senhores Cooperantes, reunidos hoje em Assembleia-geral Ordinária, que o resultado líquido do exercício, negativo, no valor de 249.189,57€ (duzentos e quarenta e nove mil cento e oitenta e nove euros e cinquenta e sete cêntimos), seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Presidente da Direção

Sofia Ferreira

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA

A Assembleia-geral de cooperantes da Turipenha, reunida em sessão ordinária em 30 de março de 2021, deliberou APROVAÇÃO POR MAJORIA, o relatório e contas relativas ao exercício de 2020. Mais deliberou APROVAR POR UNANIMIDADE a presente proposta de aplicação de resultados.

Guimarães, 30 de março de 2021.

Vice-
O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

Vítor Magalhães

